



MINUTA DE ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

1 A 53ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM foi realizada entre os
2 dias 15 e 17 de agosto de 2018, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), localizada no
3 SAIS Área 2-A, Brasília-DF. O encontro foi oficialmente aberto pela Secretária Nacional de Políticas
4 para as Mulheres e Presidente do CNDM ANDREZA WINCKLER COLATTO, quem abriu a reunião com
5 discurso de boas-vindas. Na ocasião a presidente realizou uma breve apresentação curricular e
6 destacou que assumiu o cargo a menos de um mês. Destacou ainda que espera atender aos anseios
7 de todas as Conselheiras, bem como representar a pauta feminina junto aos órgãos e também no
8 Judiciário. Posteriormente, leu a pauta do dia e desejou a todas as participantes uma reunião
9 proveitosa, com avanço nas ideias manifestadas pelas bases, considerando a representatividade de
10 cada Conselheira. Em seguida parabenizou todas Conselheiras eleitas. Em sequência, passou a
11 palavra para a Coordenadora Geral do CNDM, Kilvia Cristina Teixeira Carneiro, que agradeceu a
12 presidente do Conselho e apresentou a programação da pauta da 53ª Reunião Ordinária do CNDM
13 que constará como **ANEXO I**. A Conselheira Jeanete Assad Mazzeiro, representante do Fórum de
14 Mulheres do Mercosul, mencionou que na última reunião foi feita uma votação virtual, aonde foram
15 apresentados todos os currículos, nomes e como foi feita na eleição do Conselho. **REUNIÃO DAS**
16 **CÂMARAS TÉCNICAS:** Foi feita a leitura dos nomes das conselheiras em cada câmara e teve início
17 a reunião, conforme programação da pauta, a qual segue como **ANEXO II**. **RELATORIA DAS**
18 **CÂMARAS TÉCNICAS TEMÁTICAS:** as atas e planos de trabalho das Câmaras Técnicas Temáticas
19 seguem como **ANEXO III** desta ata. **DELIBERAÇÕES** no âmbito das Câmaras: **Câmara Técnica de**
20 **Legislação e Normas:** Ficou **APROVADA**, por unanimidade, a conselheira SHEILA SABAG, para a
21 presidência da Câmara Técnica de Legislação e Normas. **REQUER-SE** a listagem dos projetos e
22 convênios que estão em execução no período do ano corrente, assim como o detalhamento de
23 valores; Requer também vistas sobre os editais que foram abertos, que estão em processo de serem
24 abertos. **PROPÕE-SE** pela realização de Seminário sobre os Impactos da Reforma da Previdência e
25 da Reforma Trabalhista sobre a vida das Mulheres e a realização de reuniões presenciais mensais
26 para as Câmaras Técnicas e seis reuniões anuais do CNDM, sendo quatro Reuniões Ordinárias e no
27 mínimo duas Reuniões Extraordinárias. **SOLICITA-SE** a apresentação do orçamento destinado ao
28 CNDM; a lista de projetos de lei acompanhados pela SPM que afetam as Mulheres, seguido pelo
29 parecer, avaliação da prioridade e pelas respectivas notas técnicas; **DELIBEROU-SE** a necessidade de
30 apresentar ao Supremo, aos cuidados da Ministra Rosa Weber, o posicionamento deste Conselho
31 sobre a descriminalização do aborto. **Câmara Técnica de Assuntos Internacionais:** Ficou
32 **APROVADA**, a conselheira JEANETE ASSAD MAZZIEIRO, para a presidência da Câmara Técnica de
33 Assuntos Internacionais. A conselheira relatou brevemente a sua trajetória, informando que a
34 câmara não teve uma efetividade nesses dois anos e meio. Durante a nova gestão do governo foi
35 elaborado um documento com as propostas para que a câmara técnica tenha um bom
36 funcionamento, participando das ações internacionais e das interlocuções internacionais do
37 governo federal.

38 Em resposta, ANDREZA COLATTO, disse que acredita na proposta e que levará suas considerações,
39 analisando as necessidades do comitê, juntamente com os responsáveis. A presidente ressaltou que
40 terá uma gestão participativa e que espera sugestões das conselheiras, bem como apresentação de
41 relatório com as demandas e as necessidades, pois acredita na representatividade de todas as
42 conselheiras. **DECIDIU-SE** adotar o Plano de trabalho: aproximação do CNDM, por meio da Câmara
43 Temática Internacional, com Organismos Internacionais cuja competência vai ao encontro do

44 fortalecimento da defesa dos direitos humanos das mulheres, com apoio do MRE; Mapeamento dos
45 foros internacionais que tratam dos direitos da mulher e acompanhamento de seus resultados;
46 Promoção de atividades junto à Comissão Nacional dos ODS para acompanhamento da Agenda 2030
47 das Nações Unidas, em especial do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5; Buscar a realização
48 de evento paralelo do CNDM na Comissão sobre a situação da Mulher (CSW); Buscar apoio do CNJ
49 para averiguar o controle da convencionalidade dos Tratados Internacionais que versam sobre o
50 direitos da mulher. **Câmara Técnica de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as**
51 **Mulheres - PNPM:** Ficou **APROVADA**, por unanimidade: a conselheira VANJA ANDRÉA SANTOS para
52 presidente titular e como vice-presidente, a conselheira ADÉLIA MOREIRA PESSOA e para relatoria,
53 a conselheira ROSELI DE OLIVEIRA. **DELIBERAÇÕES DIVERSAS:** Promover interface, parceria com a
54 Procuradoria da Mulher no Senado, Secretaria da Mulher da Câmara Federal; Levantamento de Leis
55 e PL no que tange a temática de Ideologia de gênero; Intersecção com a Câmara Técnica de assuntos
56 legislativos no que tange Leis e PLs dentro da temática de gênero; Analisar o PL que trata do Fundo
57 Nacional dos Direitos da Mulher que versa apenas sobre o combate a violência contra a mulher;
58 Interface com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e Plano Nacional de Direitos
59 Humanos; Intersecção com ODS e ODMS; Monitoramento dos dados do 180 e avaliar os critérios de
60 acolhimento e denúncias que chegam ao serviço; Fazer Mapeamento da Rede Institucional e
61 Conselhos Estaduais e Municipais; Envio de recomendação aos CEDIMs e CMDMs para que
62 identifiquem, acompanhem projetos relacionados a escola sem partido em suas Assembléias e
63 Câmaras Municipais para posterior mapeamento. **Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento:**
64 Ficou **APROVADA**, a conselheira CHOPELLY PEREIRA SANTOS presidente e MARIA DO ROSÁRIO DE
65 HOLANDA CUNHA CARDOSO presidente substituta; **DECIDIU-SE** indicar Maria da Penha Maia
66 Fernandes como Conselheira Emérita do CNDM. A Câmara Técnica informou como mais adequado
67 o escrutínio de voto presencial e secreto; Para as indicações de Conselheiras de notório
68 conhecimento, foram mencionadas Alice Bianchini, Débora Diniz e Sandra Silvestre; Foi discutida a
69 importância do Plano de Trabalho da Câmara Técnica de planejamento e Orçamento para todo o
70 conselho, bem como a necessidade de contar com um técnico de planejamento e orçamento do
71 Ministério dos Direitos Humanos nas próximas reuniões do Conselho para apresentar o orçamento
72 da SNPM para o exercício do ano de dois mil e dezenove; foi ressaltada a importância da Lei
73 Orçamentária Anual e o Plano Plurianual; sugeriu-se o acompanhamento de ações voltadas para
74 atingimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número cinco, que trata da igualdade de
75 gênero; levantamento de dados sobre a situação das mulheres no sistema prisional, assim como
76 visitas técnicas para gerar relatórios sobre a realidade de mulheres encarceradas no Brasil; Sugeriu
77 o acesso ao Portal PPA Cidadão, as Agendas Transversais e Temáticas, Agendas 2030, os ODS e o
78 relatório de avaliação referente ao exercício de 2017; solicitou compartilhamento dos dados de
79 execução orçamentária da SNPM referente aos exercícios de 2016, 2017 e parcial de 2018. **PAUTA**
80 **LGBT:** A Conselheira CHOPELLY PEREIRA DOS SANTOS, mencionou que está inquieta com a suposta
81 extinção da Assessoria da Diversidade, pois essa assessoria não estaria ligada somente com a pauta
82 LGBT, mas cuidaria das mulheres em suas pluralidades, LBTs, das mulheres lésbicas, mulheres
83 bissexuais, mulheres travestis e mulheres transexuais, reafirmando a necessidade das secretarias
84 começarem a enxergar a população das mulheres travestis e as mulheres transexuais do gênero
85 feminino, destacando um atraso de trinta e três anos deste Conselho. A conselheira solicitou ainda
86 para a presidente do Conselho, um olhar mais específico para essa população. Em resposta,
87 ANDREZA COLATTO disse que concorda com as colocações e que tem uma especial atenção à
88 temática. Após, a conselheira MARIA FERNANDA BRICEÑO informou que 71% da incidência de crime
89 de tráfico de pessoas acontece com mulheres e que em nenhum momento desmereceu a questão
90 de lésbica. O ministro ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, do Ministério das Relações Exteriores, esclareceu
91 sobre o caso de três travestis presos no Emirados Árabes Unidos. Abordou também sobre a ideia de
92 tráfico de pessoas e informou que a vertente é trabalho escravo e que envolve tanto homens como
93 mulheres e que o “G” não seria excluído por este motivo. Abordou também sobre a problemática
94 da exploração sexual. A conselheira EVELIN CAVALINI SANTANA informou que acredita na redução
95 da identidade ou sexualidade das mulheres lésbicas é negar a sua existência. Informou que são

96 novas no Conselho e chegaram para fazer a diferença. **PAUTA MULHERES COM DEFICIÊNCIAS:** A
97 conselheira TELMA NANTES DE MATOS, representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil,
98 falou sobre mulheres com deficiência, mencionando dados. Relatou que o direito está garantido na
99 Convenção da ONU, na Lei Brasileira de Inclusão, porém nossas mulheres com deficiência visual,
100 auditiva, física, estão presas dentro da sua deficiência, muitas vezes nos seus lares sem o acesso a
101 reabilitação e sem acesso aos direitos básicos. Solicitou atenção do Conselho neste segmento,
102 informando que são mais de vinte e seis mil mulheres e meninas a margem de ter acesso à leitura,
103 a reabilitação e a outros direitos básicos de sobrevivência. **PAUTA INTERNACIONAL:** O ministro
104 ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, do Ministério das Relações Exteriores, parabenizou pela condução dos
105 trabalhos. Lembrou que população em desenvolvimento na verdade é o seguimento da Cúpula do
106 Cairo, de 1994, que foi a Convenção Internacional de Populações em Desenvolvimento, que tem
107 uma agenda muito ampla, não restrita a termos de gênero, mas que toca em temas centrais como
108 migrações, envelhecimento e é o ponto da agenda internacional, o qual fala de direitos sexuais
109 reprodutivos e de saúde sexual e reprodutiva. Nesse sentido, ela é uma temática com importância
110 estratégica na busca da igualdade de gênero e do empoderamento da mulher. Destacou a
111 importância da participação do Conselho na Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. A
112 conselheira SHEILA SABAG, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, afirmou a
113 importância das agendas internacionais e explicou a necessidade de um calendário de eventos
114 voltado para a pauta feminina. Em resposta, ANDREZA COLATTO disse que já havia solicitado o
115 levantamento dos dados históricos do CNDM, para que seja elaborado, publicação em alusão aos
116 trinta e três anos do CNDM. A presidente solicitou às conselheiras que encaminhem, com urgência,
117 para o e-mail: cndm@spm.gov.br, fotografias, documentos que possam contribuir com esta
118 publicação. A conselheira LAUDELINA INÁCIO DA SILVA, da Associação Brasileira de Mulheres de
119 Carreira Jurídica, questionou a participação de Conselheiras em eventos internacionais ligados às
120 carreiras jurídicas. Em resposta, ANDREZA COLATTO agradeceu às informações e solicitou que sejam
121 encaminhados, com antecedência, devidos aos trâmites legais, ao CNDM, os eventos de interesse
122 das conselheiras. A conselheira GLAUCIA BARBAN MORELLI representante da Confederação das
123 Mulheres do Brasil, mencionou a dificuldade de se obter informações de eventos internacionais com
124 interesse de pauta e da ausência do Brasil nos últimos eventos do Mercosul. A conselheira
125 LAUDELINA INÁCIO DA SILVA, representante da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira
126 Jurídica, acrescentou que teve dois trabalhos aprovados, que serão apresentados em Portugal, um
127 na Câmara dos países lusófonos sobre o assédio sexual na mulher bancária e no Congresso da
128 Federação Internacional, abordando o empoderamento da mulher na política. A conselheira ADÉLIA
129 MOREIRA PESSOA representante do Instituto Brasileiro de Direito da Família (Suplente), informou
130 que enviou um trabalho e o mesmo foi aceito para ser apresentado em novembro em Portugal e
131 que pode se somar as pessoas que irão pelo Conselho, se assim for resolvido. **EX-COORDENADORA**
132 **GERAL ANDRÉIA DE OLIVEIRA ARAÚJO:** A conselheira GLAUCIA BARBAN MORELLI representante da
133 Confederação das Mulheres do Brasil, abordou também a questão da exoneração da ex-
134 coordenadora geral Andréia de Oliveira Araújo. Em ato contínuo, a conselheira GEORGIA RENATA
135 SANCHEZ DIOGO, da Secretaria Geral da Presidência, propôs ao CNDM uma moção de
136 agradecimento aos trabalhos executados pela ex coordenadora, Andreia de Oliveira Araújo.
137 **RMAAM:** A conselheira ROSELI DE OLIVEIRA representante da Secretaria Nacional de Políticas de
138 Promoção da Igualdade Racial, informou que no ano passado houve a RMAAM, onde a conselheira
139 e o Secretário Juvenal Araújo assumiram o compromisso de realizar uma reunião com as ministras
140 e altas autoridades de mulheres sobre violência da mulher negra na América Latina. A conselheira
141 relatou que propôs inclusive esse ano, o encontro, que depois se transformou no Seminário sobre a
142 questão da violência contra a mulher. **APROVAÇÃO DAS ATAS: APROVOU-SE** a ata da 51ª Reunião
143 Ordinária do CNDM. A conselheira CELINA ALVES PADILHA ARÊAS absteve da aprovação da ata pois
144 alegou não ter participado da referida reunião ordinária; **APROVOU-SE** a a ata da Reunião
145 Extraordinária sobre o Balanço do Triênio 2014-2017, **APROVOU-SE** a ata da 52ª Reunião Ordinária
146 do CNDM. **APROVAÇÃO DA MINUTA DA RESOLUÇÃO DO CNDM Nº 01 DE 2018:** Dispõe sobre a
147 criação da Câmara Técnica de Comunicação Social e Cultura do Conselho Nacional dos Direitos da

148 Mulher e dá outras providências. O documento foi revisado pela Conselheira TAMILÉ SALES DIAS, da
149 Casa Civil da Presidência e que fez várias alterações. A votação da minuta de proposta da Resolução
150 01 de 2018 do CNDM, foi **REJEITADA**. **ESCOLHA DAS CONSELHEIRAS DA SOCIEDADE CIVIL QUE**
151 **REPRESENTARÃO O CNDM NA COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO –**
152 **CNPD: DECIDIU-SE:** o nome das Conselheiras eleitas para representar o CNDM na CNPD pela
153 sociedade civil: a Conselheira DEUSIMAR CORRÊA, da Rumkpamey Héviôsô Zoonokum Mean, como
154 titular e a Conselheira CRISTIANE YUKIKO KONDO, do Parto do Princípio como suplente. A
155 conselheira CHOPELLY PEREIRA DOS SANTOS mencionou o Ofício nº 17, de 2018 que deveria
156 constar: “o nosso conselho está passando por um processo eleitoral, temos que esperar as novas
157 conselheiras tomar posse para fazer as novas indicações”. **ESCOLHA DAS CONSELHEIRAS DA**
158 **SOCIEDADE CIVIL QUE REPRESENTARÃO O CNDM NO COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO**
159 **AO TRÁFICO DE PESSOAS – CONATRAP: DECIDIU-SE:** Para o biênio de 2018-2019, as
160 conselheiras: JOVANNA CARDOSO DA SILVA como titular e EVELIN CAVALINI SANTANA como
161 suplente e no biênio 2019-2020, as conselheiras: JUREUDA DUARTE GUERRA como titular e JEANETE
162 ASSAD MAZZIEIRO como suplente. **DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO DO CNDM NA**
163 **REVISÃO DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES: DELIBEROU-SE** sobre a
164 avaliação do PNPM: Toda a comissão se ocupará de avaliar o PNPM; não criará uma sub comissão;
165 Prazo de 45 dias para a avaliação do plano é pequeno; Informações para iniciar as avaliações:
166 Aquisição do PNPM (impresso); Diagnósticos por Ministérios, Secretarias das Políticas, Programas,
167 iniciativas relacionados ao recorte de gênero e suas interseccionalidades; Levantamento dos
168 tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário referente as mulheres; Levantamento das
169 informações pelos ministérios e enviadas para a Presidência e SPM acerca das ações desenvolvidas
170 que subsidiaram o decreto sobre a Rede Mulher Brasil; Acesso a um possível levantamento de
171 análise do PNPM feito através de consultoria para a SPM; Inserir a temática de feminicídio e o 180
172 no PNPM; Prazo previsto para aquisição das informações: 10 dias; **V CONFERÊNCIA NACIONAL DE**
173 **POLÍTICAS PARA MULHERES:** KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO relatou sobre a Quinta
174 Conferência Nacional e que a próxima reunião já terá um novo governo eleito. A Conselheira Sheila
175 Sabag abordou sobre as Conferências Estaduais e Municipais a serem realizadas em 2019 ou 2020,
176 assim como quantas reuniões anuais acontecerão e quantas reuniões das comissões, das Câmaras
177 Técnicas, para que possam elaborar um planejamento estratégico. A discussão sobre a V
178 Conferência foi **ADIADA**. **ESCOLHA DAS CONSELHEIRAS DE NOTÓRIO CONHECIMENTO NAS**
179 **QUESTÕES DE GÊNERO E CONSELHEIRA EMÉRITA:** a conselheira SHEILA SABAG fez uma questão de
180 ordem, informando que as Conselheiras da Sociedade Civil entenderam que o pleno não está
181 completo para votação e que é necessário que as indicações venham de suas bases. Solicitou um
182 prazo maior para poderem indicar e analisar os currículos e sugeriu votação virtual, conforme foi
183 realizado anteriormente. Na sequência, a conselheira FABIANA ARANTES GADÊLHA informou que o
184 período é muito complexo e relatou sobre o momento delicado do Conselho e mencionou que
185 enquanto o Conselho está em discussão por votação, muitas mulheres estão morrendo e propôs
186 rapidez no processo, pois quanto mais tempo se demora, menos política se faz. Posteriormente,
187 MARGARETH DE ALMEIDA GOMES informou que na pauta da reunião não mencionava votação e
188 sim escolha. Informou que a pauta foi encaminhada há mais de um mês e que todas as Conselheiras
189 teriam tempo suficiente para as indicações. Mencionou a responsabilidade de cada conselheira e
190 solicitou uma reflexão do pleno para ponderar quais são os riscos que podem ocorrer. Após, a
191 conselheira GLÁUCIA BARBAN MORELLI, da Confederação das Mulheres do Brasil, alega que recebeu
192 apenas três currículos e sugere postergar a votação por mais trinta dias. Em ato contínuo, a
193 conselheira CELINA ALVES PADILHA ARÊAS solicitou questão de ordem, e questionou se é o
194 momento ou não para se votar. Em sequência, a conselheira CRISTIANE YUKIKO KONDO diz que o
195 momento é para que o pleno discuta a metodologia, prazos e os tempos e que não vota por si
196 própria e sim, pela sua instituição. Após, a conselheira CHOPELLY PEREIRA DOS SANTOS abordou
197 também sobre a pauta da reunião, onde todas as conselheiras tiveram tempo de sugerir alterações
198 e ninguém a fez, sendo assim, entende-se que a pauta foi aprovada pelo pleno. Em sequência, a
199 conselheira MARIA DO ROSÁRIO CARDOSO mencionou que todas as conselheiras, tantas as da

200 sociedade civil como as governamentais tiveram tempo hábil para solicitar alteração na pauta. Após,
201 a conselheira ANA PAULA REPEUZZA apoiou que a votação seja feita, conforme consta em pauta.
202 Mencionou a transição do CNDM para o Ministério dos Direitos Humanos e lembrou ao pleno que
203 em quarentas dias haverá nova eleição para presidente. A conselheira entende a metodologia
204 utilizada em eleição anterior, porém não concorda que votação de forma presencial seja pior que a
205 anteriormente feita, a conselheira acha que é uma metodologia igualmente válida e sugeriu a
206 votação, conforme consta em pauta. Na sequência, a conselheira LUCIMARA VARANIS CAVALCANTE
207 disse que não teve tempo hábil para análise dos currículos. Informou que as Conselheiras Emérita e
208 de Notório Conhecimento não sejam avaliadas apenas por seus currículos, mas que representem
209 quilombolas, indígenas, ciganas, benzedeiros, parteiras, trabalhadoras domésticas entre outras. Em
210 seguida, a conselheira DEUSIMAR CORRÊA sugeriu que se adie a votação, alegando que a eleição
211 não seria democrática. Após, a conselheira ISIS TAVARES NEVES sugeriu por não haver um consenso,
212 o adiamento da reunião e que há equívocos em relação ao que é notório conhecimento e sobre a
213 metodologia de votação. Neste momento, a conselheira MARGARETH DE ALMEIDA GOMES,
214 solicitou questão de ordem, pelos seguintes motivos: primeiro, não houve menção sobre o que é
215 notório conhecimento; segundo, informar que cinquenta e dois por cento do eleitorado brasileiro é
216 feminino. Em seguida a conselheira MARIA DO ROSÁRIO CARDOSO, do Ministério do Planejamento,
217 Desenvolvimento e Gestão, esclareceu que em nenhum momento se falou sobre currículo
218 acadêmico. O que se abordou é conhecimento nas questões de gênero. Sugeriu que já houve
219 discussão suficiente e que agora o momento é de tomar decisão. Em sequência, A presidente do
220 CNDM, encerrou os comentários e informou que como presidente do Conselho e Secretária Nacional
221 dos Direitos da Mulher está em um mandato novo e espera bem representá-las, mas que precisa de
222 apoio do pleno. Declarou que o momento é de urgência para que o CNDM seja fortalecido e que
223 não seja omissa aos casos de feminicídio e violência. Solicitou que as conselheiras refletissem e
224 destacou que no Conselho todas representam as mulheres que vieram antes e as que ainda virão
225 após e as que aqui estão. A presidente levou em consideração todos os depoimentos; relatou que
226 se considera honrada por presidir um Conselho tão bem representado; ressaltou que sua gestão é
227 de ouvir às suas bases e que a pauta foi enviada em tempo hábil e não aceitando a postergação da
228 votação devido à violência que as mulheres vêm sofrendo. Reforço que essa postergação desgasta
229 o CNDM e o momento é de avançar. A presidente solicitou que as conselheiras reflitam sobre a
230 importância e a necessidade de decidir nesta data se haverá ou não a votação e reforçou que todas
231 representam as suas bases. Informou que como Secretária Nacional e Presidente do CNDM, está
232 lutando pela pauta. Afirmou que é preciso que ela seja fortalecida pelo Conselho e que sair desta
233 reunião sem a votação é considerar uma derrota para o Conselho e o enfraquece. A presidente
234 solicitou que revejam a posição do Conselho, não por motivos pessoais, especialmente neste
235 momento tão importante, onde haverá em poucos dias eleição presidencial. Em sequência, a
236 conselheira MARIA DO ROSÁRIO CARDOSO, agradeceu a fala da presidente do CNDM e reafirmou
237 que o Conselho tem que ser fortalecido, tem que estar com a composição completa. Solicitou para
238 o pleno decidir. Após, a presidente do CNDM mencionou os perigos que o Conselho pode sofrer em
239 não fazer a votação, pela legitimidade e por não estar com sua composição completa. Em ato
240 contínuo, a conselheira FABIANA ARANTES GADÊLHA, disse que o Conselho está em um novo modo
241 de atuar e que é preciso mudar práticas antigas. Informou que a questão de ordem é prerrogativa da
242 presidência da mesa decidir se vai colocar em votação de ordem, se vai aceitar ou não. Declarou que
243 não é uma questão de posse, mas que é necessária a publicação da Portaria completa do CNDM.
244 Acrescentou que não faz sentido publicar a portaria incompleta. Informa que é desperdício de
245 verbas públicas investidas em uma reunião e o pleno simplesmente protelar a votação. Informou
246 que não houve nenhuma manifestação de Conselheiras para alteração de pauta. Abordou que o
247 Conselho avançou muito, mas acha importante mudar o espírito do Conselho, para que ele possa
248 ser reinventado, assumindo o respeito e a importância que ele tem e precisa mostrar. Após,
249 ANDREZA COLATTO fala que o interesse é pela segurança e pelo risco que a pauta pode perder nas
250 eleições presidenciais que se aproxima, assim como as dificuldades técnicas. Propôs quinze minutos
251 de conversa dos grupos e que após decorrido esse tempo, as conselheiras retornem para votar a

252 questão de ordem. Neste momento, KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO informou ao pleno que na
253 eleição anterior foi feita a votação virtual porque houve renúncia no meio do mandato das
254 Conselheiras de Notório Conhecimento em virtude do impeachment da Presidente Dilma. Naquele
255 momento houve uma necessidade de eleição extemporânea imediata para poder compor e não ter
256 o que está acontecendo agora, um Conselho incompleto. Ressaltou ainda que hoje tecnicamente é
257 inviável essa metodologia, tendo em vista a transição da SNPM da República para o Ministério dos
258 Direitos Humanos. Além da transição administrativa, existem também a física, entre outras. Após, a
259 conselheira SHEILA SABAG informou que essa não é uma responsabilidade da Secretaria, da
260 Coordenação Geral do CNDM, esta é uma responsabilidade do Conselho. Esta eleição vai partir do
261 Conselho e a Coordenadoria Geral, a Secretaria Geral do CNDM é coadjuvante no processo, apenas
262 segue como colaborador. A conselheira informa que a metodologia é simples. **REQUERIMENTO DE**
263 **URGÊNCIA:** KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO informou a Presidente que o Requerimento de
264 Urgência que foi apresentado por vinte e uma Conselheiras e citou o artigo 17 do Regimento Interno.
265 Em ato contínuo, a Conselheira SHEILA SABAG argumentou sobre a decisão unilateral e política, sem
266 que houvesse uma comunicação prévia referente à mudança da Secretaria para o MDH. Reafirmou
267 o pedido de audiência com a Deputada Soraya e com o Ministro Gustavo, para ouvir quais foram às
268 razões que motivaram essa mudança. Em seguida, a conselheira GLÁUCIA BARBAN MORELLI,
269 mencionou as pesquisas eleitorais e sua surpresa sobre a bancada feminina ter discutido, aprovado,
270 e permitido que a ida da SNPM para o Ministério dos Direitos Humanos fosse aprovada,
271 principalmente sem ouvir a sociedade civil que integra esse Conselho. A conselheira solicitou a
272 convocação de uma nova reunião do Conselho antes de três de outubro com a participação da
273 Coordenadora da Bancada Feminina. Após, a presidente do CNDM, deu continuidade e **APROVOU**
274 o requerimento em regime de urgência: convocação de audiência com a Deputada Soraya Santos,
275 convocação de audiência com o Ministro Gustavo do Vale Rocha, dos Direitos Humanos, a visita ao
276 Ligue 180 e a disponibilização de informações a respeito das ações de enfrentamento à violência
277 contra a mulher, o qual segue como **ANEXO IV . PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:** Após, a conselheira
278 GISELE DUPIN questionou sobre a proposta do planejamento estratégico, pois é um processo que
279 demanda muito tempo. Sugeriu plano de trabalho com propostas práticas, assim como as propostas
280 das Câmaras Temáticas. A conselheira FABIANA ARANTES GADÊLHA sugeriu que o planejamento
281 estratégico seja elaborado não pensando apenas na revisão do Plano Nacional de Políticas para
282 Mulheres – PNPM. Sugeriu autonomia sobre recursos, assim como a criação de um fundo para
283 mulheres e fortalecer a discussão entre conselhos estaduais com o poder executivo. **INFORMAÇÕES**
284 **GERAIS:** KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO informa ao pleno que a Conselheira Laudelina Inácio
285 da Silva, da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, encaminhou e-mail contendo
286 atestado médico e retornou para casa; A conselheira CHOPELLE PEREIRA DOS SANTOS solicitou que
287 seja registrado em Ata o pedido de desculpa para a Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos, da
288 União Brasileira de Mulheres; A conselheira DEUSIMAR CORRÊA relatou que teve problemas com o
289 seu crachá; KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO, informou o contato da MARIA ANGÉLICA ABEN-
290 ATHAR, coordenadora geral da Central do Ligue 180, para que as conselheiras acertam os detalhes
291 da visita à Central Ligue 180. Informou também que será necessária a assinatura de um termo de
292 não identificação de imagem. A conselheira ROSELI DE OLIVEIRA comunicou, a pedido da
293 Subprocuradora do Trabalho, sobre o Simpósio Nacional Negro Negra Afro Religioso Afro Religiosa
294 Quilombola – Racismo e Intolerância Religiosa no Brasil e seus Reflexos no Mundo do Trabalho. No
295 período de 28 a 30 de agosto, informações podem ser obtidas pelo e-mail: pgt.convite@mpt.mp.br.
296 **SUGESTÕES e QUESTIONAMENTOS GERAIS:** A conselheira TAMILE SALES DIAS sugeriu modelo de
297 plenária temática e a produção de documentos com recomendações; A conselheira SHEILA SABAG
298 informou a prioridade da posse das Conselheiras antes da reunião e sugeriu a elaboração de um
299 planejamento estratégico, um plano de campanhas de comunicação, participação das conselheiras
300 em eventos nacionais e internacionais. Propôs o monitoramento do Ligue 180 e que este,
301 transforme em pauta permanente. Abordou sobre as Conferências Estaduais e Municipais a serem
302 realizadas em 2019 ou 2020, assim como quantas reuniões anuais acontecerão e quantas reuniões
303 das comissões, das Câmaras Técnicas, para que possam elaborar um planejamento estratégico e

304 mencionou a necessidade de haver pelo menos mais duas reuniões ainda este ano para tratar de
305 pautas relevantes. A conselheira LUCIMARA VARANIS CAVALCANTE questionou como estão os
306 Conselhos Estaduais e Municipais para o fortalecimento dos mesmos. Posteriormente, a conselheira
307 GEÓRGIA RENATA SANCHEZ DIOGO, solicitou que o Conselho seja mais ativo e se manifeste por
308 meio de Notas de Repúdio quando houver pauta. Acredita que essa visibilidade fortalece o Conselho.
309 Sugeriu também um plano de comunicação, capacitação e apoio com a ENAP com vídeo aulas para
310 a pauta feminina, tanto para fortalecer o Conselho, como para atender à sociedade; A conselheira
311 CHOPELly PEREIRA DOS SANTOS, sugere que a primeira reunião de 2019 aconteça em fevereiro; A
312 conselheira ISIS TAVARES NEVES informou que o Conselho está para fortalecer a presidente
313 juntamente com o apoio das Conselheiras da sociedade civil; A conselheira ROSELI DE OLIVEIRA
314 relatou sobre as dificuldades de participar das reuniões presenciais e sugere reuniões via Skype. A
315 conselheira CRISTIANE YUKIKO KONDO representante do Parto do Princípio, solicitou registro em
316 ata da posição do CNDM referente à revisão do PNPM e questionou o prazo de quarenta e cinco
317 dias. **APRESENTAÇÃO MULHERES ENCARCERADAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E DE SEUS FILHOS:**
318 A conselheira FABIANA ARANTES GADÊLHA apresentou juntamente com as peritas VALDIRENE
319 DAUFEMBACK e DEISE BENEDITO, ambas do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à
320 Tortura, do Ministério dos Direitos Humanos, a pauta Mulheres Encarceradas em Privação de
321 Liberdade e de seus Filhos. Após o término da apresentação, o pleno agradeceu pelas informações
322 apresentadas e solicitou a apresentação para que possam levar essas informações às suas bases. Em
323 seguida, a conselheira FABIANA ARANTES GADÊLHA agradeceu ao pleno e informou que
324 encaminhou via e-mail à apresentação. A conselheira SHEILA SABAG, sugeriu visita ao presídio e
325 parabenizou a apresentação, que segue como **ANEXO V. AGRADECIMENTOS E ENCERRAMENTO**
326 **DA REUNIÃO ORDINÁRIA:** A conselheira CHOPELly PEREIRA DOS SANTOS, agradeceu a Presidente
327 do Conselho e a Coordenação pela organização do evento. Chama a atenção para o Guia de
328 Informações que foi encaminhado para as Conselheiras. Solicita que a reunião da sociedade civil seja
329 realizada pela manhã e das Câmaras Técnicas à tarde. Abordou sobre o calendário das reuniões em
330 2019. ANDREZA COLATTO agradeceu todas as conselheiras pela acolhida, informou que aprendeu
331 muito durante todo o período da reunião e reafirmou a honra de presidir o CNDM e reforçou que
332 está à disposição. Agradeceu o apoio da Coordenadora Geral do CNDM pela excelência na
333 organização. Na sequência, foi encerrada a Quinquagésima Terceira Reunião Ordinária do CNDM. A
334 lista de presença consta como **ANEXO VI** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que
335 vai assinada por mim, Rosângela da Silva Vicentini Coordenadora-Geral do CNDM, pela Assessora
336 Especial Kilvia Cristina Teixeira Carneiro e pela presidente do CNDM, Andreza Winckler Colatto.

Brasília, 23 de janeiro de 2019.

Rosângela da Silva Vicentini

Coordenadora Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Kilvia Cristina Teixeira Carneiro

Assessora Especial e Presidente Suplente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Andreza Winckler Colatto

Presidente Titular do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher